

NOTA TÉCNICA 16: PESQUISA REDE 10 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA SELEÇÃO DE MUNICÍPIOS OBJETO DA PESQUISA DO ALTO CAPIBARIBE

Sergio Kelner Silveira

Carolina Beltrão de Medeiros

Luís Henrique Romani de Campos

INTRODUÇÃO

A Nota Técnica apresenta os procedimentos metodológicos para seleção de municípios objeto da pesquisa na microrregião do Alto Capibaribe, sendo uma continuação da pesquisa REDE 10. Esse projeto inicialmente focou em programas sociais em três municípios de Sergipe. Com resultados publicados em setembro de 2022, a pesquisa voltou-se para uma análise detalhada do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família em 2023, focando nas reformulações propostas pelo governo. Identificando desafios como falta de planejamento, recursos limitados e questões de gestão, a pesquisa propôs soluções que incluem investimento em fiscalização, aprimoramento de sistemas de informação, cooperação interinstitucional, capacitação de profissionais, incentivo ao empreendedorismo e participação ativa dos beneficiários nas decisões.

A etapa atual na microrregião do Alto Capibaribe busca aprofundar essa análise, focando na eficácia de programas sociais e recomendações políticas baseadas em critérios demográficos, sociais e econômicos.

I – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1. Definição do território

A escolha da microrregião do Alto Capibaribe para a continuidade da pesquisa Rede 10 se baseia nas seguintes razões:

- i. **Diversidade Demográfica e Social:** A microrregião apresenta uma diversidade acentuada entre os municípios em termos de população e execução de programas sociais. Isso permite uma análise abrangente e comparativa dos diferentes modelos de gestão e eficácia dos programas sociais.
- ii. **Varição no Gerenciamento de Programas Sociais:** Alguns municípios desta região, como Vertente do Lério - PE, demonstram uma gestão mais eficiente do Bolsa Família, o que pode fornecer insights valiosos para melhorias em outras localidades.
- iii. **Necessidades Específicas de Políticas Públicas:** A análise permite gerar recomendações para políticas sociais adaptadas às características e necessidades de cada município, considerando fatores como tamanho da população e eficácia na gestão de programas sociais.
- iv. **Aprofundamento da Pesquisa:** A microrregião oferece uma oportunidade para aprofundar os estudos das políticas sociais e sugerir estratégias diferenciadas para alocação de recursos e implementação de programas sociais.

- v. Atualização das Recomendações com Base nas Mudanças Sociais: A pesquisa permitirá atualizar as recomendações com base nas mudanças sociais observadas e adaptar as políticas públicas às realidades locais.

A escolha da microrregião do Alto Capibaribe reflete o objetivo de expandir e aprofundar o entendimento sobre a execução e eficácia dos programas sociais em diferentes contextos demográficos e sociais, fornecendo uma base sólida para recomendações políticas mais precisas e efetivas.

Tabela 1 – Porte dos municípios da microrregião do Alto do Capibaribe

MUNICÍPIO	PORTE	População em mil habitantes
VERTENTE DO LÉRIO	pequeno porte I	7.558
CASINHAS	pequeno porte I	12.967
FREI MIGUELINHO	pequeno porte I	13.636
SANTA MARIA DO CAMBUCÁ	pequeno porte I	14.013
VERTENTES	pequeno porte II	21.959
TAQUARITINGA DO NORTE	pequeno porte II	24.736
TORITAMA	pequeno porte II	41.137
SURUBIM	médio	64.120
SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	médio	98.254

Fonte: SAGI/MDS (2024)

Definida a microrregião do Alto do Capibaribe como território para proceder-se a investigação, e considerando que no planejamento previamente realizado 3 municípios seriam objeto dessa pesquisa, a seleção obedeceu aos seguintes critérios:

- i. Porte do município: pequeno porte I (1 município), pequeno porte II (1 município) e médio porte (1 município)
 - ii. Vulnerabilidade identificada com a combinação dos piores indicadores
2. Preparação dos Dados
 - i. Coletaram-se os dados mais recentes e relevantes para cada município.
 - ii. Confirmou-se a confiabilidade e a fonte dos dados.
 - iii. Criou-se uma planilha com todos os indicadores para cada município.
3. Definição dos Indicadores
 - i. Listaram-se os indicadores a serem utilizados para a avaliação.
 - ii. Definiu-se o que cada indicador significa e por que é importante.

4. Análise Preliminar
 - i. Realizou-se uma análise superficial para entender o contexto geral de cada município.
 - ii. Identificaram-se quaisquer discrepâncias ou dados que precisavam de esclarecimento adicional.

5. Avaliação Detalhada dos Indicadores

Para cada município, avaliaram-se os seguintes indicadores:

- i. População beneficiária do programa Bolsa Família (%): Compararam-se as porcentagens para determinar a dependência de assistência social.
- ii. Benefício Médio Mensal (janeiro/2024): Analisaram-se os valores para entender o poder de compra das famílias.
- iii. IGD-M (novembro/2023): Avaliou-se a eficiência da gestão do Bolsa Família.
- iv. Densidade demográfica (2022): Examinou-se a densidade para indicar superlotação ou isolamento.
- v. Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo (2010): Usou-se como um indicador de pobreza.
- vi. Mortalidade Infantil (2020): Analisaram-se as taxas para indicar condições de saúde infantil.
- vii. PIB per capita (2021): Compararam-se para determinar a força da economia local.
- viii. Percentual das receitas oriundas de fontes externas (2015): Avaliou-se a dependência de recursos externos.
- ix. IDHM (2010): Considerou-se como um indicador de condições de vida.
- x. Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade e IDEB (2010): Usaram-se para avaliar a qualidade da educação.

6. Comparação Direta

- i. Criou-se uma tabela comparativa que permitiu uma visualização direta dos indicadores lado a lado para cada município.

7. Identificação dos Piores Indicadores

- i. Identificou-se o município com os piores indicadores em cada categoria.
- ii. Registrou-se quais municípios frequentemente tinham indicadores desfavoráveis.
- iii. Selecionou-se um número menor de indicadores para afunilar análise inconclusiva com os previamente

II – Seleção

1. Pequeno Porte 1

Para selecionar o município com a combinação dos piores indicadores entre Vertente do Lério, Casinhas, Frei Miguelinho e Santa Maria do Cambucá, precisamos analisar os dados fornecidos em cada categoria e identificar onde os números são mais desfavoráveis. Aqui estão alguns dos indicadores mais críticos a serem considerados:

- i. População beneficiária do programa Bolsa Família (%): Altas porcentagens indicam maior dependência de programas de assistência social.
- ii. Benefício Médio Mensal (janeiro/2024): Valores menores indicam menor poder de compra para as famílias beneficiárias.
- iii. IGD-M (novembro/2023): Um índice menor sugere uma gestão menos eficiente do programa Bolsa Família.
- iv. Densidade demográfica (2022): Uma densidade demográfica extremamente alta ou baixa pode indicar problemas de superlotação ou isolamento, respectivamente.
- v. Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo (2010): Porcentagens mais altas na população indicam maior pobreza.
- vi. Mortalidade Infantil (2020): Um número mais alto de óbitos por mil nascidos vivos indica piores condições de saúde infantil.
- vii. PIB per capita (2021): Menores valores indicam uma economia mais fraca.
- viii. Percentual das receitas oriundas de fontes externas (2015): Uma maior dependência de fundos externos pode indicar uma economia local mais fraca.
- ix. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]: Um índice mais baixo indica piores condições de vida.
- x. Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) e IDEB: Taxas mais baixas indicam problemas na educação.

Quadro 1 – Indicadores Socioeconômicos dos Municípios de Pequeno Porte I

MUNICÍPIO	VERTENTE DO LÉRIO	CASINHAS	FREI MIGUELINHO	SANTA MARIA DO CAMBUCÁ
PORTE	Pequeno Porte I	Pequeno Porte I	PEQUENO PORTE I	Pequeno Porte I
Indicador	Dados	Dados	Dados	Dados
População (IBGE 2022)	7.558 habitantes	12.967 habitantes	13.636 habitantes	14.013 habitantes
Famílias Cadastradas (dezembro/2023)	3.600	6.145 famílias	6.522 famílias	6.761 famílias
Famílias em Situação de Pobreza	2.473 famílias	4.097 famílias	5.053 famílias	4.958 famílias
Famílias com Renda Per Capita Acima de ½ Sal. Min.	751 famílias	1.401 famílias	989 famílias	1.316 famílias
Pessoas Beneficiadas (janeiro/2024)	4.960 pessoas	9.166 pessoas	9.306 pessoas	9.071 pessoas
População beneficiária do programa Bolsa Família (%)	65,6%	70,69%	68,25%	64,73%

População beneficiária do programa Bolsa Família, de acordo com os dados fornecidos	2.328 famílias	3.944 famílias	4.569 famílias	4.315 famílias
Benefício Médio Mensal (janeiro/2024)	R\$ 657,91	R\$ 669,63	R\$ 655,71	R\$ 664,96
Valor Mensal Repassado (janeiro/2024)	R\$ 1.531.604	R\$ 2.641.026	R\$ 2.995.931	R\$ 2.869.304
IGD-M (novembro/2023)	0,92	0,87	0,82	0,83
Valor Repassado em Nov/2023	R\$ 6.112,02	R\$ 5.701,32	R\$ 7.022,28	R\$ 8.067,68
Total de Beneficiários (novembro/2023)	97 beneficiários	181 beneficiários	412 beneficiários	228 beneficiários
Densidade demográfica [2022] EM habitante por quilômetro quadrado	102,65	111,91	64,11	152,07
Área da unidade territorial [2022] EM km ²	73,631	111,868	212,707	92,148
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2021]	1,4 salários mínimos	1,9 salários mínimos	1,7 salários mínimos	1,8 salários mínimos
Pessoal ocupado [2021]	776 pessoas	718 pessoas	1.002 pessoas	853 pessoas
População ocupada [2021]	10,31%	4,99%	6,41%	5,96%
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	50,90%	51,90%	47,00%	46,60%
Mortalidade Infantil [2020]	N/D	5,35 óbitos por mil nascidos vivos	18,02 óbitos por mil nascidos vivos	5,03 óbitos por mil nascidos vivos
PIB per capita [2021]	9.840,59	7.052,53	8.407,94 R\$	8.545,00
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	89,70%	90%	94,50%	96%

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,563	0,567	0,576	0,548
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	96,70%	97,50%	95,40%	96,40%
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental [2021]	5,6	N/D	4,1	4,8
IDEB – Anos finais do ensino fundamental [2021]	4,7	4,6	4,7	N/D
Matrículas no ensino fundamental [2021]	1063	1770	1527	2060
Matrículas no ensino médio [2021]	241	441	578	348
Docentes no ensino fundamental [2021]	57	88	84	95
Docentes no ensino médio [2021]	12	25	31	15
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	10	16	12	23
Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	1	1	2	1
Hierarquia urbana [2018]	Centro Local (5)	Centro Local (5)	Centro Local (5)	Centro Local (5)

Fontes: SAGI/MDS (2024) e IBGE (2024)

Analisando os dados fornecidos, podemos considerar o seguinte:

Frei Miguelinho tem o maior percentual de famílias em situação de pobreza, a mais alta porcentagem de mortalidade infantil, e o menor valor de PIB per capita, indicando sérias questões econômicas e de saúde.

Vertente do Lério parece ter uma situação melhor em comparação com Frei Miguelinho em vários indicadores, mas ainda enfrenta desafios como uma alta porcentagem de pessoas com renda baixa e um IDHM relativamente baixo.

Casinhas e Santa Maria do Cambucá têm alguns indicadores melhores do que Frei Miguelinho, mas ainda enfrentam problemas em áreas como dependência do programa Bolsa Família e educação (com base nos dados do IDEB não disponíveis ou baixos).

Dado o impacto profundo que a saúde infantil, a pobreza e a economia têm no bem-estar geral de uma população, **Frei Miguelinho destaca-se como o município com a combinação dos piores indicadores**, especialmente devido à sua alta taxa de mortalidade infantil e ao baixo PIB per capita. Estes são sinais claros de dificuldades significativas nas áreas de saúde e economia, que são fundamentais para a qualidade de vida dos residentes.

2. Pequeno Porte II

Para determinar qual dos municípios de pequeno porte II tem a combinação dos piores indicadores entre Vertentes, Taquaritinga do Norte e Toritama, vamos analisar os dados em várias categorias, já apresentadas no item 1 acima.

Vertentes tem a menor densidade demográfica e o menor PIB per capita, indicando potencialmente menor atividade econômica. Também tem um IDHM mais baixo e nenhuma informação disponível sobre o IDEB. Taquaritinga do Norte tem taxas de mortalidade infantil intermediárias e um IDHM superior ao de Vertentes, além de ter um IDEB para os anos iniciais e finais do ensino fundamental. Toritama destaca-se com a maior taxa de mortalidade infantil e o maior percentual de receitas oriundas de fontes externas, embora tenha o maior PIB per capita e a mais alta densidade demográfica.

Quadro 2 – Indicadores Socioeconômicos dos Municípios de Pequeno Porte II

MUNICÍPIO	VERTENTES	TAQUARITINGA DO NORTE	TORITAMA
PORTE	Pequeno Porte II	Pequeno Porte II	PEQUENO PORTE II
Indicador	Dados	Dados	Dados
População (IBGE 2022)	21.959	24.736	41137
Famílias Cadastradas (dezembro/2023)	6.243	8.955	12412
Famílias em Situação de Pobreza	4.389	5.717	7824
Famílias com Renda Per Capita Acima de ½ Sal. Min.	861	1.464	1821
Pessoas Beneficiadas (janeiro/2024)	10.914	12.271	19470
População beneficiária do programa Bolsa Família (%)	49,7%	49,6%	47,3%

População beneficiária do programa Bolsa Família, de acordo com os dados fornecidos	4.063	4.782	6.525 famílias
Benefício Médio Mensal (janeiro/2024)	R\$ 683,11	R\$ 686,16	R\$ 706,56
Valor Mensal Repassado (janeiro/2024)	R\$ 2.775.457	R\$ 3.281.200	R\$ 4.610.320
IGD-M (novembro/2023)	0.87	0.92	0,82
Valor Repassado em Nov/2023	R\$ 10.439,48	R\$ 12.140,27	R\$ 15.018,74
Total de Beneficiários (novembro/2023)	231	715	1749
Densidade demográfica [2022] EM habitante por quilômetro quadrado	111,85	52,06	1.600,41
Área da unidade territorial [2022] EM km ²	196,325	475,184	25,704
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2021]	1,7 salários mínimos	1,4 salários mínimos	1,4 salários mínimos
Pessoal ocupado [2021]	1128	2893	7.277 pessoas
População ocupada [2021]	5,33%	9,82%	15,45%
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	40,10%	34,50%	30,80%
Mortalidade Infantil [2020]	3,33 óbitos por mil nascidos vivos	8,62 óbitos por mil nascidos vivos	18,31 óbitos por mil nascidos vivos
PIB per capita [2021]	9.187,16	11.354,57	16.237,10
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	93,20%	92,20%	89,6%

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,582	0,641	0,618
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	94,10%	96,20%	91,50%
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental [2021]	N/D	5,3	5
IDEB – Anos finais do ensino fundamental [2021]	N/D	5,1	4,7
Matrículas no ensino fundamental [2021]	2755	3607	6.867 matrículas
Matrículas no ensino médio [2021]	543	786	1.425 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2021]	124	153	276 docentes
Docentes no ensino médio [2021]	26	36	68 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	13	14	21 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	1	2	5 escolas
Hierarquia urbana [2018]	Centro Local (5)	Centro Local (5)	Centro Local (5)

Fontes: SAGI/MDS (2024) e IBGE (2024)

Com base nesses indicadores, Toritama apresenta os indicadores mais preocupantes em termos de saúde pública devido à alta taxa de mortalidade infantil, que é um indicador fundamental da qualidade dos serviços de saúde e das condições de vida. Apesar de Toritama ter o maior PIB per capita, que normalmente é um bom indicador, a alta mortalidade infantil sugere problemas sérios que podem comprometer outros aspectos do desenvolvimento humano.

Portanto, se tivermos que escolher com base na combinação dos indicadores, particularmente aqueles que impactam diretamente na qualidade de vida, **Toritama seria o município que apresenta alguns dos maiores desafios. É importante notar que essa análise é limitada aos dados fornecidos e outros fatores contextuais e qualitativos deveriam ser considerados para uma avaliação mais completa.**

3. Médio Porte

Com base nos indicadores fornecidos para Surubim e Santa Cruz do Capibaribe, vamos reavaliar qual município apresenta a pior combinação de indicadores, que foram apresentados no item 1 acima.

Para determinar qual dos dois municípios de médio porte, Surubim ou Santa Cruz do Capibaribe, apresenta a combinação dos piores indicadores, analisaremos os dados fornecidos em cada categoria relevante.

Quadro 3 – Indicadores Socioeconômicos dos Municípios de Médio Porte

MUNICÍPIO	SURUBIM	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
PORTE	MÉDIO	MÉDIO
Indicador	Dados	Dados
População (IBGE 2022)	64.120	98.254 habitantes
Famílias Cadastradas (dezembro/2023)	19.361	39.291 famílias
Famílias em Situação de Pobreza	12.506	25.953 famílias
Famílias com Renda Per Capita Acima de ½ Sal. Min.	4.002	7.891 famílias
Pessoas Beneficiadas (janeiro/2024)	30.394	48.697 pessoas
População beneficiária do programa Bolsa Família (%)	47,4%	49,56%
População beneficiária do programa Bolsa Família, de acordo com os dados fornecidos	11.985 famílias	21.463
Benefício Médio Mensal (janeiro/2024)	R\$ 665,72	R\$ 663,47
Valor Mensal Repassado (janeiro/2024)	R\$ 7.978.692	R\$ 14.240.154
IGD-M (novembro/2023)	0,87	0,76
Valor Repassado em Nov/2023	R\$ 34.181,34	R\$ 34.210,67
Total de Beneficiários (novembro/2023)	2.868	4.595 beneficiários
Densidade demográfica [2022] EM habitante por quilômetro quadrado	253,54	293,03
Área da unidade territorial [2022] EM km ²	252,885	335,309
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2021]	1,6 salários mínimos	1,5 salários mínimos
Pessoal ocupado [2021]	8.181	18216

População ocupada [2021]	12,36%	16,29%
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	44,50%	31,00%
Mortalidade Infantil [2020]	8,13 óbitos por mil nascidos vivos	10,98 óbitos por mil nascidos vivos
PIB per capita [2021]	13.831,85	17.222,96
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	90,60%	81%
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,635	0,648
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	97,80%	95,70%
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental [2021]	5,1	4,9
IDEB – Anos finais do ensino fundamental [2021]	5	4,5
Matrículas no ensino fundamental [2021]	8673	14707
Matrículas no ensino médio [2021]	2400	4248
Docentes no ensino fundamental [2021]	393	604
Docentes no ensino médio [2021]	143	231
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	48	39
Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	9	15
Hierarquia urbana [2018]	Centro Sub-regional B (3B)	Centro Sub-regional B (3B)

Fontes: SAGI/MDS (2024) e IBGE (2024)

Surubim tem um menor PIB per capita e um IDHM mais baixo. A taxa de mortalidade infantil é menor do que em Santa Cruz do Capibaribe, mas a porcentagem da população com rendimentos até meio salário mínimo é significativamente maior, o que indica maior pobreza.

Santa Cruz do Capibaribe apresenta uma taxa de mortalidade infantil mais alta e valores de IDEB mais baixos, indicando potenciais problemas nas áreas de saúde e educação. No entanto, o PIB per capita é maior e a porcentagem de receitas de fontes externas é menor, o que pode indicar uma economia mais robusta.

Baseado na combinação desses indicadores, Santa Cruz do Capibaribe poderia ser considerada como tendo uma combinação pior de indicadores devido à sua taxa de mortalidade infantil mais alta e pontuações mais baixas no IDEB, apesar de ter um PIB per capita mais alto. Estes indicadores sugerem deficiências significativas na saúde e na educação, que são fundamentais

para a qualidade de vida dos habitantes. Por outro lado, o alto percentual de pessoas vivendo com até meio salário mínimo em Surubim também é um indicador preocupante de pobreza.

Porém, a análise isolada de cada indicador pode não fornecer uma imagem completa. É importante também entender as causas subjacentes e os inter-relacionamentos entre esses indicadores para determinar qual município enfrenta os desafios mais graves."

Considerando que análise não foi conclusiva, procedeu-se uma outra com sete indicadores que refletem a importância do Programa Bolsa Família (PBF) no município, o perfil do trabalho e da renda, a dependência do município das receitas externas e a educação.

- i. População beneficiária do programa Bolsa Família (%)
- ii. IGD-M (novembro/2023)
- iii. População ocupada [2021]
- iv. PIB per capita [2021]
- v. Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]
- vi. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]
- vii. Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]

Quadro 3 – Indicadores Socioeconômicos Selecionados dos Municípios de Médio Porte

MUNICÍPIO	SURUBIM	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
PORTE	MÉDIO	MÉDIO
Indicador	Dados	Dados
População beneficiária do programa Bolsa Família (%)	47,4%	49,6%
IGD-M (novembro/2023)	0,87	0,76
População ocupada [2021]	12,36%	16,29%
PIB per capita [2021]	13.831,85	17.222,96
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	90,60%	81%
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,635	0,648
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	97,80%	95,70%

Fontes: SAGI/MDS (2024) e IBGE (2024)

Análise comparativa dos dados:

População beneficiária do Bolsa Família: Santa Cruz do Capibaribe tem um percentual maior de dependentes do programa Bolsa Família.

IGD-M: Surubim tem um IGD-M mais alto, indicando uma melhor gestão do programa Bolsa Família.

População ocupada: Santa Cruz do Capibaribe tem uma maior porcentagem de população ocupada.

PIB per capita: Santa Cruz do Capibaribe tem um PIB per capita mais alto.

Percentual das receitas oriundas de fontes externas: Surubim tem uma dependência maior de fontes externas.

IDHM: Santa Cruz do Capibaribe tem um IDHM ligeiramente mais alto.

Taxa de escolarização: Surubim tem uma taxa de escolarização ligeiramente mais alta.

Com base na reavaliação desses indicadores, Surubim parece ter uma combinação mais preocupante de indicadores. Embora tenha uma taxa de escolarização ligeiramente mais alta e um melhor IGD-M, Surubim tem um PIB per capita menor e uma maior dependência de receitas oriundas de fontes externas, indicando uma economia potencialmente mais frágil. A taxa de ocupação também é menor em Surubim, sugerindo menos oportunidades de emprego em comparação com Santa Cruz do Capibaribe.

Portanto, considerando apenas os indicadores listados, Surubim poderia ser considerado o município com a pior combinação de indicadores entre os dois."

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seleção dos municípios para a pesquisa Rede 10 no Alto Capibaribe levou em conta diversos critérios socioeconômicos e demográficos. A seleção incluiu municípios de diferentes portes, considerando aspectos como população, gestão de programas sociais, saúde e educação. Para cada porte de município, foram escolhidos aqueles com indicadores mais desfavoráveis em várias categorias. Esses municípios foram escolhidos com base na combinação dos piores indicadores em cada categoria, refletindo as áreas de maior necessidade e desafio para políticas públicas e intervenções sociais.

Os municípios selecionados foram:

Pequeno Porte I: Frei Miguelinho - é um município de pequeno porte I, com uma população de 13.636 habitantes. A localidade enfrenta desafios socioeconômicos, como evidenciado por 5.053 famílias em situação de pobreza e um percentual considerável (68,25%) da população beneficiária do programa Bolsa Família. O salário médio dos trabalhadores formais está em 1,7 salários mínimos, refletindo a condição de renda da área. A mortalidade infantil ainda é uma preocupação, com um índice de 18,02 óbitos por mil nascidos vivos. A educação apresenta desafios, com índices do IDEB abaixo da média nacional tanto nos anos iniciais quanto nos finais

do ensino fundamental. A estrutura educacional conta com 12 estabelecimentos de ensino fundamental e 2 de ensino médio. Em termos de desenvolvimento humano, o município tem um IDHM de 0,576, abaixo da média nacional.

Pequeno Porte II: Toritama - tem uma população de 41.137 habitantes. Com 12.412 famílias cadastradas, 7.824 delas estão em situação de pobreza, e o benefício médio mensal do programa Bolsa Família é de R\$ 706,56. Apresenta um percentual moderado para microrregião (47,3%) da população beneficiária do programa Bolsa Família. A densidade demográfica é alta, com 1.600,41 habitantes por quilômetro quadrado, o que aponta para os grandes desafios infraestruturais, e o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 1,4 salários mínimos. A mortalidade infantil é de 18,31 óbitos por mil nascidos vivos, e o PIB per capita de R\$ 16.237,10. O IDHM é de 0,618, mostrando um desenvolvimento humano moderado. Na educação, a taxa de escolarização de crianças de 6 a 14 anos é de 91,50%, e o IDEB atingiu 5 nos anos iniciais e 4,7 nos anos finais do ensino fundamental.

Médio Porte: Surubim: possui uma população de 64.120 habitantes. Há 19.361 famílias cadastradas, das quais 12.506 estão em situação de pobreza, e 30.394 pessoas são beneficiadas pelo Bolsa Família, representando 47,4% da população. O benefício médio mensal é de R\$ 665,72. A densidade demográfica é de 253,54 habitantes por quilômetro quadrado, e o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 1,6 salários mínimos. A mortalidade infantil é relativamente baixa, com 8,13 óbitos por mil nascidos vivos, e o PIB per capita é de R\$ 13.831,85. A educação mostra um IDEB de 5,1 para os anos iniciais e 5 para os finais do ensino fundamental, com altas taxas de escolarização e número significativo de docentes e instituições educacionais.